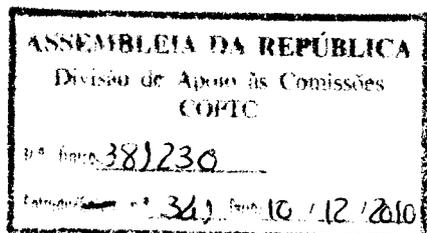




PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº10437/Map-10 Dezembro 2010



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Obras
Públicas, Transportes e Comunicações
Deputado José Matos Correia

Assunto: Petição 88/XI/1.^a

Em resposta ao vosso ofício n.º 230 de 26 de Outubro de 2010, dirigido ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, respeitante à Petição identificada em epígrafe, encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de remeter cópia do ofício n.º 6787 de 9 de Dezembro de 2010, do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete

Luís Guimarães de Carvalho

Favorável ao relatório



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

09. DEZ. 2010 - 006787

Exmº Senhor
Dr. Luís Guimarães de Carvalho
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares

C/CONHECIMENTO
Exmº Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Transportes

| |
|---|
| GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES Entrada N.º <u>9792</u> Processo N.º <u>10 / 12 / 2010</u> |
|---|

Procº 88.67/2010

**ASSUNTO: Petição n.º 88/XI/1.ª da iniciativa de João António Correia Martins –
Alteração ao Decreto-Lei n.º 203/2009, que criou o passe sub-23**

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações depois de consultado o Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Transportes de informar o seguinte:

Através do Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto, foi criado o passe sub23@superior.tp, abrangendo os estudantes do ensino superior até aos 23 anos, inclusive, beneficiando do mesmo desconto de 50 % a deduzir do valor da tarifa inteira relativa aos passes mensais em vigor, correspondentes ao percurso entre a sua casa e o estabelecimento de ensino superior.

Entretanto, no quadro de uma política comum adoptada na zona euro com vista a devolver a confiança aos mercados financeiros e aos seus agentes e fazer face ao ataque especulativo à moeda única, o Governo português reafirmou o total empenhamento em atingir os compromissos assumido em matéria de redução do défice orçamental em 2010 e 2011, respectivamente, para 7,3% e 4,6% do PIB.

Para o efeito, adoptou-se um conjunto de medidas de consolidação orçamental adicionais às previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013 cujos efeitos se pretende que se iniciem ainda no decurso de 2010. Estas medidas representam um esforço adicional no sentido de assegurar o equilíbrio das contas públicas de modo a garantir o regular financiamento da economia e a sustentabilidade das políticas sociais.

Neste contexto, foi entendido reduzir o desconto atribuído pelo «4_18@escola.tp» e «sub23@superior.tp» e que incide do valor da tarifa inteira relativa aos passes mensais em vigor.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

De qualquer modo, e não obstante as dificuldades, preconizou-se a manutenção deste apoio social, ainda que reduzido, por se entender, ainda assim, que na génese dos passes mencionados, encontravam-se as dificuldades originadas pela conjuntura internacional, que ainda afectam as famílias portuguesas, principalmente as que têm menores recursos, e porque continua a ser uma prioridade o incentivo à utilização regular de transporte colectivo, como alternativa ao transporte individual, condição necessária para diminuir a dependência face ao petróleo e para tornar as cidades mais amigas do ambiente.

As medidas adoptadas concentram-se principalmente na redução da despesa de modo a reforçar e a acelerar a estratégia de consolidação orçamental prevista no PEC 2010-2013, pelo que o alargamento do âmbito de aplicação deste passe, cuja despesa, em 2010 já ascendia a 14 milhões de euros, seria totalmente contrário aos princípios enunciados.

Não obstante, a utilização de transportes públicos a preços reduzidos não fica comprometida, uma vez que além destes passes, existem as restantes modalidades de passes sociais públicos e privadas, que abrangem a totalidade da população.

Desta forma, entendemos que a petição apresentada deve ser rejeitada.

Com os melhores cumprimentos

A CHEFE DE GABINETE



Ana Sofia Silveira

/AS